

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL? - A *FOLHA DE S. PAULO* E AS REARTICULAÇÕES DOS DISCURSOS SOBRE CENSURA E LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Nara Lya Simões Caetano Cabral¹

RESUMO:

Neste trabalho, propomos analisar o posicionamento da imprensa, atualmente, diante de casos de censura e das discussões sobre a liberdade de expressão no Brasil, tendo o jornal *Folha de S. Paulo* como foco central. Devemos observar, a fim de melhor fundamentar nosso objeto de estudo, que a liberdade de expressão constitui pressuposto de ação do jornalismo, sua “bandeira” maior. Em nossas reflexões, tomamos como referencial teórico-metodológico as proposições de Michel Foucault sobre a análise arqueológica do discurso, buscando entender como se configuram os discursos circulantes acerca da censura presentes na sociedade que emergem nas páginas da imprensa. Adotamos, como ponto de partida às nossas reflexões, matérias jornalísticas publicadas, entre 2007 e 2011, no jornal *Folha de S. Paulo*.

Palavras-Chave: *Censura; Liberdade de expressão; Jornalismo; Discursos circulantes; Análise arqueológica.*

Introdução

O levantamento junto a conteúdos veiculados na imprensa tendo como foco as manifestações em relação à censura e à liberdade de expressão constitui ponto de partida fundamental para a compreensão da ação censória enquanto parte de um processo abrangente e, ao mesmo tempo, imanente às articulações sociais. Isso porque o jornalismo configura-se como meio em que muitas informações podem ser obtidas sobre contexto e acontecimentos sociais, tanto no passado quanto no presente.

Além disso, é possível compreender como a imprensa, diante dos episódios de censura, posiciona-se em relação à liberdade de expressão, seu grande pressuposto de ação. Vale lembrar, pois, que o próprio nascimento do jornalismo está atrelado ao surgimento da democracia moderna, do capitalismo, dos ideais de cidadania, de igualdade jurídica, de liberdade. Ele aparece, no século XVIII, com a função de defensor e porta-voz da mentalidade que ascendeu com a derrocada do Antigo Regime e com a queda do Absolutismo (Bucci, 2000: 10).

Ao mesmo tempo, devemos notar que a censura continua a existir no Brasil, mesmo após o fim da ditadura militar, ainda que sob novas roupagens. Devemos indagar, pois: como os jornais se posicionam hoje diante de episódios censórios? Quais são os discursos sobre a censura presentes em nossa cultura que emergem na imprensa?

Tendo tais questionamentos em vista, este trabalho parte do rastreamento de matérias jornalísticas sobre a censura, publicadas entre 2007 e 2011, no jornal *Folha de S. Paulo*. Para realizar as buscas, adotamos a palavra-chave “censura”. Selecionando apenas os textos cujo foco central desenvolve-se em torno desse tema, chegamos

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), sob orientação da Prof.^a Dr.^a Mayra Rodrigues Gomes, e bacharel em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela mesma instituição. É pesquisadora do Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (Obcom) da USP. E-mail: nara.cabral@usp.br.

a um total de 485 matérias jornalísticas.

Com base em uma categorização dos textos que compõem esse *corpus*, pudemos definir novos recortes a fim de delimitar elementos significativos para a análise discursiva. Optando por isolar apenas notícias e reportagens que abordam casos de censura ocorridos no Brasil e no presente, chegamos a um conjunto de 173 textos. Desse grupo, selecionamos, como objeto de análise, dez matérias (duas de cada ano pesquisado), tendo como critério os tipos e objetos de censura mais citados nos textos de cada ano.

Foucault e a “arqueologia do saber”

Para compreender como a temática da censura é abordada em mensagens veiculadas pela imprensa, tendo em vista que a prática jornalística é essencialmente discursiva, embasaremos nossa análise em algumas formulações teórico-metodológicas acerca do discurso e das formas de cotejá-lo propostas por Michel Foucault.

Nesse sentido, as matérias jornalísticas devem ser tomadas como acontecimentos discursivos, em sua irrupção histórica. Elas constituem vestígios materiais, que – como na investigação do arqueólogo, que busca entender as culturas e os modos de vida de civilizações passadas – servem de base à análise e à escavação de plataformas culturais, saberes e condições sócio-históricas que possibilitam a emergência de determinados enunciados e discursos (e não outros) sobre a censura.

Foucault não se vincula à Análise do Discurso enquanto disciplina. Apesar disso, em suas análises, procurou mostrar que há, nos discursos, “regras de formação dos objetos (que não são regras de utilização das palavras), regras de formação dos conceitos (que não são leis de sintaxe), regras de formação das teorias (que não são regras de dedução nem regras teóricas)” (Foucault, 1969 *apud* Gregolin, 2006: 76).

Para Foucault, é preciso deixar de lado categorias que mantêm a ideia de continuidade. Ele quer “deixar falar” somente o discurso, “ficar no nível das coisas ditas”, de modo a definir “os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras” (Foucault, 1986: 182 *apud* Gregolin, 2006: 86).

O método arqueológico, dessa forma, busca entender os “acontecimentos discursivos” – isto é, o as seqüências efetivamente formuladas –, investigando as condições histórico-sociais que tornaram possível sua emergência. Os acontecimentos discursivos devem ser tomados como uma “população de acontecimentos dispersos”, de modo que se possam explicar as novas configurações do saber (Gregolin, 2006: 87). O enunciado, pois, deve ser compreendido em sua singularidade (irrupção histórica) e, também, em função de suas articulações com outros enunciados.

Por estar preocupada com a historicidade, a análise arqueológica não se debruça sobre as frases atômicas, consideradas em sua lógica interna, mas sim sobre o “campo de exercício da função enunciativa”: suas regras de controle, suas condições de emergência, as relações estabelecidas com os sujeitos, com a história e com a própria materialidade do enunciado (Gregolin, 2006: 90).

Além disso, os enunciados estão sempre em correlação; todo enunciado “tem margens povoadas de outros enunciados” (Foucault, 1986: 112 *apud* Gregolin, 2006: 93). Isso fica muito claro no caso do jornalismo, haja vista sua proximidade temporal com os acontecimentos narrados e o fato de que as matérias jornalísticas sempre respondem, reiteram ou corrigem umas às outras, incorporam falas de sujeitos e instituições, fazem referência a textos que se situam para além do espaço do jornal.

Dessa forma, todo enunciado, para fazer sentido, correlaciona-se sempre a um “campo subjacente”

ou “campo associativo”, travando relações com formulações que com ele coexistem em um mesmo espaço historicamente delimitado.

Nesse sentido, devemos observar que o enunciado se constitui, simultaneamente, enquanto singularidade e repetição, e sua análise deve levar em conta a dispersão e a regularidade dos sentidos produzidos:

Sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistemas de dispersão e se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, teremos uma formação discursiva (Foucault, 1986 *apud* Gregolin, 2006: 90).

Sendo o discurso um conjunto de enunciados, e sendo os enunciados “performances verbais em função enunciativa”, o conceito foucaultiano de discurso pressupõe a ideia de “prática”.

É que os discursos, para existirem como tal, encarnam-se na materialidade do mundo, sendo sustentados por uma série de dinâmicas de exercício da palavra que emergem dos jogos sociais, sempre historicamente situados. No caso de nosso objeto de estudo, o jornalismo remete, como espécie de “testemunha” ou registro de seu tempo, a todas essas práticas que determinam “o que se diz” e “quem deve (ou pode) dizer”, ao mesmo tempo em que se apresenta como “acontecimento” discursivo, isto é, forma de materialização ou objetivação dos discursos.

Logo, para a arqueologia, é fundamental estudar as “práticas discursivas”, isto é, “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística as condições de exercício da função enunciativa” (Foucault, 1986: 136 *apud* Gregolin, 2006: 95).

Feitas tais considerações, pudemos pontuar, ainda que brevemente, alguns conceitos fundamentais que firmam as bases para as reflexões aqui propostas em torno das matérias jornalísticas sobre censura.

Antes de passarmos ao estudo dos textos jornalísticos levantados, porém, é importante pontuar brevemente alguns aspectos relativos à trajetória histórica da *Folha de S. Paulo*, de modo que se possam traçar correlações entre o projeto editorial dessa publicação e os discursos que, na materialidade das notícias, atravessam-na. Isso é relevante, sobretudo, tendo em vista que a demarcação de posições editoriais remete a discursos que os veículos de imprensa sustentam sobre si mesmos e a que eles se filiam.

Em constante reformulação

Reconstituir, ainda que resumidamente, o percurso da *Folha de S. Paulo* significa deparar-se com uma trajetória descontínua, repleta de rupturas e marcada por constantes redefinições. Como observa Nicolau Sevcenko,

Um dos aspectos mais marcantes da história da *Folha de S. Paulo* é o de que se trata de um jornal em constante reformulação. E isso em todos os aspectos, desde as mudanças sucessivas na direção da empresa até a linha editorial, os recursos tecnológicos, os tipográficos, os critérios jornalísticos e a feição de conjunto do jornal. A história da *Folha* é por isso muito mais a trajetória de muitas mudanças do que o desdobramento linear de uma identidade permanente, estável, resolvida (Sevcenko, 2000: 9).

Por isso, até chegarmos ao projeto editorial em vigor nos dias de hoje, que é o que centralmente interessamos aqui, retomaremos algumas passagens importantes da trajetória da *Folha de S. Paulo*, a fim de compreender

melhor as diversas reformulações que marcam seu percurso. Como veremos, ao longo desse trajeto, o veículo adotou diferentes posicionamentos em função da conjuntura histórica de cada momento.

Remontemos, pois, às raízes da *Folha*, que datam da fundação da *Folha da Noite* em 19 de fevereiro de 1921 por Olival Costa e Pedro Cunha. Com uma linha mais “localista”, o jornal voltava-se sobretudo para questões da administração da cidade. Esse mesmo direcionamento seria adotado pela *Folha da Manhã*, criada em 1925. A partir dessas duas publicações, firmavam-se as bases para a constituição da Empresa Folha da Manhã Limitada, que seria fundada em 1931 (Sevcenko, 2000: 9).

Após um período de empastelamento por conta da Revolução de 1930, quando saiu vitoriosa a Aliança Liberal de Getúlio Vargas (vale lembrar que as Folhas haviam apoiado a candidatura de Júlio Prestes à presidência da República), a empresa foi comprada, em 1931, por Octaviano de Lima, Diógenes de Lemos e Guilherme de Almeida, assumindo um posicionamento alinhado aos interesses dos cafeicultores paulistas. Nessa fase do jornal, como observa a pesquisadora Gisela Black Taschner, “teve primazia o liberalismo oligárquico, com sua face excludente e autoritária. [...] Mas a preocupação maior das *Folhas* nesse período foi com o café. O resto era considerado secundário” (Taschner, 1992: 52).

Em 1945, a direção da empresa passou às mãos de José Nabantino Ramos, Alcides Ribeiro Meirelles e Clóvis Medeiros Queiroga, sendo transformada em uma sociedade anônima sob o nome de “Empresa Folha da Manhã S.A.”. Ao mesmo tempo, na esteira dessa mudança, o jornal adotava uma postura de identificação com o discurso desenvolvimentista então em voga (Sevcenko, 2000: 9). Foi também nessa fase, sob o comando de Nabantino Ramos, que teve início uma maior integração entre os jornais do grupo Folha, que passaram a assumir mais claramente uma postura enquanto empresa capitalista. Como afirma Taschner,

Não se trata mais de um jornal cuja organização tem forma de empresa, trata-se de uma empresa que tem atividade jornalística [...] E a concepção das *Folhas* como empresa, que visa ao lucro, foi também claramente assumida por seus diretores nessa fase, ao declararem que nada justifica que a indústria jornalística impere em bases de lucros inferiores às normais (Taschner, 1992: 67).

Na mesma época, foi criada a *Folha da Tarde*, em 1949. Somente mais tarde, em 1960, as três *Folhas* seriam reunidas sob o título de *Folha de S. Paulo*, mantendo-se, porém, o sistema de três edições (matutina, vespertina e noturna). Foi quando surgiu também o *slogan* “um jornal a serviço do Brasil”. A partir de 1962, Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho assumem a direção da Empresa Folha da Manhã S.A., então em sérias dificuldades financeiras, tendo como preocupação inicial a reestruturação econômica, tecnológica e comercial do diário (Sevcenko, 2000: 9).

Foi com o início dos anos 1970, de acordo com Nicolau Sevcenko, que o jornal assumiu uma nova linha de atuação, “visando pressionar no sentido da ‘distensão’ e da ‘abertura’ do regime militar e lançando-se a seguir em campanha aberta pela Nacional Constituinte e pelas eleições diretas em todos os níveis” (Sevcenko, 2000: 9). Apesar dessa linha, que redundaria na implantação do Projeto Folha durante os anos 1980, como veremos, o posicionamento da Empresa Folha da Manhã durante a ditadura militar remete a episódios de franca cooperação com os militares.

Esses episódios, protagonizados pela *Folha da Tarde* (que ressurgiu como tal em 1967), foram estudados por Beatriz Kushnir em sua tese de doutorado. Em sua pesquisa, ela observa que a *Folha da Tarde*, a partir de 1968, caracterizou-se por uma grande quantidade de policiais que compunham sua redação e por reproduzir notas

divulgadas pela Polícia Federal, conferindo-lhes a aparência de verdadeiras matérias jornalísticas. Existiram censores que eram jornalistas e jornalistas que eram policiais. Graças a essa linha de atuação, a *Folha da Tarde* ficou conhecida como o “diário oficial da Oban” (sigla para “Operação Bandeirante”, temido centro de investigação e tortura do Exército Brasileiro sediado em São Paulo) (Kushnir, 2004).

É importante notar que esse percurso da *Folha da Tarde* parece sofrer um apagamento, pelo próprio Grupo Folha, de sua memória oficial². Segundo Elaine Muniz Pires, em artigo baseado na sua pesquisa de mestrado, a atuação da *Folha da Tarde* na ditadura militar é excluída da memória oficial da *Folha de S. Paulo* desde os anos 1980 porque “a atuação colaboracionista e de defesa explícita das políticas governamentais e da repressão estatal não se encaixa bem à imagem em construção do principal jornal do Grupo e, como consequência, à imagem da própria empresa” (Pires, 2007: 312).

Nesse sentido, a emergência da *Folha de S. Paulo* como um dos principais jornais do país, a partir de 1986, está vinculada à construção de uma “auto-imagem” voltada à defesa da democracia, com base na “rememoração de um passado institucional legitimador dos princípios de democracia e independência, constantemente reconstruído” (Pires, 2007: 311).

Nesse cenário, o ano de 1984 teve importância fundamental à consolidação da *Folha de S. Paulo* como a conhecemos hoje, com o posicionamento pró “Diretas-Já” assumido pelo jornal, com uma ampla cobertura da campanha, e a implantação do Projeto Folha. O que estava em jogo, naquele momento, era a demarcação de um posicionamento do jornal enquanto defensor do projeto democrático que se buscava construir no país – o que significa falar na afirmação de um discurso acerca do próprio jornal e de sua inserção na sociedade.

No mesmo ano de implantação do Projeto Folha, surge também o *Manual da Redação*. Todas essas iniciativas de reformulação, para além da discussão sobre seu caráter mercadológico³, representam um marco no jornalismo brasileiro como talvez “a primeira vez que um jornal comercial constituiu um tratado sobre o que ele acredita, além de difundir-lo com orgulho para todos os interessados” (Venancio, 2008: 272).

A construção do Projeto Folha foi fortemente influenciada pelo modelo adotado no jornal *USA Today*. Carlos Eduardo Lins da Silva, que participou da elaboração do Projeto Folha, reconhece, no livro *O adiantado da hora*, a influência exercida pelo jornalismo norte-americano sobre o projeto editorial da *Folha*. Segundo Luiz Carlos Azenha, no prefácio à obra de Lins da Silva, dentre os princípios consagrados nos Estados Unidos que inspiraram o Projeto Folha, incluem-se aspectos de apresentação gráfica, a ênfase no papel de “cão de guarda” da imprensa, em sua vigilância do poder, a autocrítica pública (por meio do *ombudsman*) e o estreitamento das

2 Atualmente, ainda é possível notar marcas desse apagamento. No acervo *on-line* da *Folha*, por exemplo, é possível acessar todas as edições digitalizadas da *Folha de S. Paulo*, *Folha da Manhã* e *Folha da Noite* publicadas desde 1921, mas não há edições da *Folha da Tarde* disponíveis. De modo correlato, o livro *Primeira página* (que analisamos em sua quinta edição, lançada no ano 2000), editado pela Publifolha e destinado a reunir as primeiras páginas consideradas mais importantes da história da *Folha*, desde a fundação da *Folha da Noite*, não inclui qualquer capa da *Folha da Tarde* (Folhas de S. Paulo: 2000).

3 Para muitos autores, a linha de defesa das Diretas-Já assumida pela *Folha* constitui uma forma oportunista de se lançar como veículo democrático por meio da afirmação de uma proposta que, na verdade, já era conduzida pelo governo como parte da estratégia de promover uma abertura lenta e segura (Pires, 2007). Beatriz Kushnir, por exemplo, entende o engajamento do jornal nas Diretas-Já e a implementação do Projeto Folha como “jogadas” de marketing visando à “difusão e venda do jornal como um produto mercadológico” (Kushnir, 2004: 339). Na mesma linha, José Arbex Júnior aponta que o Projeto Folha representa o programa político e ideológico de uma “revolução” introduzida pela *Folha* no jornalismo brasileiro que levou à rápida implantação no país de uma lógica empresarial que a moderna imprensa capitalista havia construído ao longo de décadas, processo representado pela “adoção do discurso-para-o-mercado como estratégia empresarial e editorial” (Arbex Júnior, 2001: 141).

relações com o mercado (Azenha, 1991: 16 *apud* Venancio, 2008: 272).

Além desses princípios, o projeto editorial da *Folha de S. Paulo* engloba também outras propostas, atualmente fundamentais à sua configuração. Segundo o discurso sustentado pela própria empresa, o Projeto Folha foi implantado “com o objetivo de produzir um jornalismo crítico, moderno, pluralista e apartidário” (Folha de S. Paulo: 2008: 10). Trata-se de uma concepção de jornalismo – crítico, pluralista, apartidário – que, segundo o manual de redação da *Folha*, acabou adquirindo uma característica doutrinária, impregnando-se na personalidade do jornal e ajudando a moldar a imprensa brasileira nas últimas décadas (Folha de S. Paulo: 2008: 17).

Outro aspecto importante do projeto editorial da *Folha* diz respeito ao princípio da “objetividade”. Embora o jornal assuma que “não existe objetividade em jornalismo”, já que toda a atividade do jornalista é pautada por decisões subjetivas, seu manual de redação aponta para “a obrigação de ser o mais objetivo possível” a partir do relato fiel dos fatos, o que depende de uma postura de “afastamento” e “frieza” por parte do profissional (Folha de S. Paulo: 2008: 46). Desse modo, fica claro que, na *Folha*, as notícias e reportagens não são espaços destinados à emissão de “opinião”, que deve ficar restrita a páginas específicas e, sobretudo, aos editoriais.

Por tudo isso, a escolha da *Folha de S. Paulo* como foco de nossa reflexão, para além de sua representatividade em termos de circulação⁴, permite-nos abarcar um veículo com forte histórico de jornalismo comercial e com uma proposta editorial muito importante dentro da produção jornalística brasileira atual.

Enquadramentos da censura na *Folha de S. Paulo*

Em todas as matérias da *Folha de S. Paulo* analisadas⁵, é possível identificar a assunção de determinados posicionamentos – ainda que os textos se construam a partir da busca de efeitos de neutralidade. Essa posição volta-se, de maneira geral, à defesa da liberdade de expressão e dos princípios democráticos, rechaçando todas as ações que representem risco de censura. Procuraremos, a seguir, pontuar alguns aspectos principais que marcam esse posicionamento do jornal.

Nesse sentido, em todos os textos analisados, a falta de legitimidade da censura aparece como argumento pressuposto e inquestionável. Isso fica muito claro, por exemplo, na matéria “Nova classificação oferece risco de censura, dizem TVs”, publicada em 13 de fevereiro de 2007 (Castro, 13/02/2007: A7).

Nesse texto, que faz referência às mudanças nas regras da classificação indicativa de programas televisivos então propostas pela Portaria 264, são citados diferentes posicionamentos – dados por diferentes posições de sujeitos produtores de enunciados, historicamente situados – sobre as novas normas.

Trata-se de duas formulações distintas: a primeira, sustentada pelas emissoras de TV, é defensora de políticas mais liberais, apoiando-se sobre a premissa da garantia da liberdade de expressão; e a segunda, sustentada pelo Ministério da Justiça, é defensora de normas que garantam a proteção dos direitos da infância, mas também

4 Segundo dados de 2011 divulgados pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC), a *Folha de S. Paulo* é o segundo maior jornal diário do país em circulação, com uma tiragem diária de 286.398 exemplares por dia, ficando atrás somente do *Super Notícia*, de Belo Horizonte, cuja média de circulação diária é de 293.572 exemplares. Após liderar o ranking nacional por 24 anos, a *Folha* foi ultrapassada em 2010 pela publicação mineira, cuja tiragem vem aumentando rapidamente nos últimos anos, seguindo uma tendência de crescimento dos jornais populares (ANJ, s/d).

5 Em função da limitação de espaço, não apresentamos, neste artigo, as análises individuais das matérias estudadas; procuramos, pois, traçar um quadro abrangente dos principais aspectos observados no conjunto dos textos analisados.

se opõe ao exercício da censura, alegando que as novas formas não possuíam caráter censório.

Ora, apesar da existência de contrapontos, ambos os lugares institucionais são, no que diz respeito à censura, atravessados por um mesmo discurso: o da liberdade de expressão e do combate à prática censória, sempre vinculado/apoiado na defesa dos ideais democráticos – seja de maneira direta, por meio da reivindicação da livre criação, seja de forma indireta, a partir de sua coexistência com a defesa da igualdade dos direitos da infância e da transparência da gestão de políticas públicas.

Outro traço marcante nos textos em foco diz respeito à afirmação do Estado como grande condutor de ações censórias – atuando por meio de diferentes órgãos, como o Judiciário, o Ministério da Justiça, a Promotoria Eleitoral etc. Em todas as matérias, verificamos o estabelecimento dos contrapontos “Estado vs. imprensa” ou “Estado vs. meios de comunicação”.

O que está pressuposto, neste caso, é um posicionamento de “vigilância” assumido pelo jornal diante do Estado, o qual tem respaldo no ideário do papel de “cão de guarda” a ser assumido pelo jornalismo, de modo geral, e de maneira particularmente nítida no caso da *Folha*. Isso porque, como vimos, dentre os princípios consagrados nos Estados Unidos que inspiraram o Projeto Folha, inclui-se a ênfase no papel de “watchdog” da imprensa.

Tal concepção, por sua vez, corresponde a um discurso – ou um “discurso circulante”, para usar o termo proposto por Patrick Charaudeau⁶ – sobre o próprio jornalismo enquanto serviço de interesse público, cuja função deve ser a de informar a sociedade e mediar o debate público, posicionando-se sempre ao lado dos interesses do povo. Esse discurso atravessa muitas das matérias analisadas, correlacionando-se com os enunciados sobre a censura e afirmando, assim, a importância de se garantir a liberdade de imprensa para a qualidade do debate público e da própria democracia.

Isso fica evidente, por exemplo, na notícia “Juíza proíbe jornalista de ‘ofender’ deputado”, de 22 de dezembro de 2007. Nesse texto, a seguinte passagem (contendo uma declaração da Associação Nacional de Jornais, a ANJ) evoca o discurso acerca do papel do jornalismo enquanto “cão de guarda” do poder estabelecido: “Não se admite qualquer censura prévia, como se dá nesse caso. Censura prévia é contrária ao livre exercício do jornalismo e à livre circulação de opiniões, portanto, um desserviço a todos os cidadãos e à sociedade em geral” (Folha de S. Paulo, 22/12/2007: A12).

Vemos, no caso dessa passagem, a presença de enunciados povoando as margens de outros enunciados (Foucault, 1986: 112 *apud* Gregolin, 2006: 92), pois o que está em jogo é todo um “campo associativo” – nos termos de Foucault –, historicamente delimitado, que compreende formulações sobre a censura, a democracia, a liberdade de expressão e o próprio jornalismo.

Por fim, podemos destacar mais uma especificidade do tratamento conferido pela *Folha* à temática da censura. Trata-se da demarcação de uma posição crítica em relação à instituição de formas de regulação dos meios de comunicação (e, principalmente, do jornalismo) pelo Estado.

Tal dado pode ser exemplificado a partir da matéria “Jornais agora podem contestar atos de censura

6 Como coloca esse autor, “o discurso circulante é uma soma empírica de enunciados com visada definicional sobre o que são os seres, as ações, os acontecimentos, suas características, seus comportamentos e os julgamentos a eles ligados” (Charaudeau, 2006: 118). Cabe observar que a noção de “discurso circulante” é muito pertinente à análise dos enunciados veiculados em publicações jornalísticas porque nos permite circunscrever a um objeto de estudo, de maneira mais concreta ou precisa, a noção de discurso.

no próprio STF”, de 7 de novembro de 2009, em que a Lei de Imprensa é apresentada enquanto dispositivo editado na ditadura militar e que, como tal, “previa a censura, a apreensão de publicações e a blindagem de autoridades públicas contra o trabalho jornalístico” (Folha de S. Paulo, 07/11/2009: A10). É interessante notar que tal enunciado evidencia a existência de uma memória sobre a censura associada à ditadura militar.

Além disso, o posicionamento expresso na referida passagem relaciona-se a um discurso circulante que defende a redução de interferências e controles governamentais na atividade da imprensa e dos meios de comunicação. Esse discurso abriga enunciados que aparecem ainda em outras matérias de nossa análise, sobretudo por meio da oposição à implantação de marcos regulatórios da comunicação no Brasil.

Considerações finais: discurso, poder e novas configurações do saber

Como procuramos mostrar, as matérias da *Folha de S. Paulo* analisadas voltam-se, de maneira geral, à defesa da liberdade de expressão a partir da invocação de princípios democráticos, criticando ações que representem, no discurso do veículo, risco de censura.

Esse posicionamento, que aparece, não obstante a presença de particularidades, como pano de fundo em todas as matérias da *Folha de S. Paulo* analisadas, está relacionado ao direcionamento editorial e à construção da identidade do veículo.

Como podemos notar a partir do estudo de sua trajetória, a emergência da *Folha de S. Paulo* como um dos principais jornais do país, em 1986, está vinculada à construção de uma “auto-imagem” voltada à defesa da democracia, com base na “rememoração de um passado institucional legitimador dos princípios de democracia e independência, constantemente reconstruído” (Pires, 2007: 311).

Nesse cenário, o ano de 1984 teve importância fundamental à consolidação da *Folha de S. Paulo* como a conhecemos hoje, com o posicionamento pró “Diretas-Já” assumido pelo jornal e a implantação do Projeto Folha.

Estava em jogo, naquele momento, a demarcação de um posicionamento do jornal enquanto defensor do projeto democrático que se buscava construir no país – o que significa falar na afirmação de um discurso acerca do próprio jornal e de sua inserção na sociedade. Embora adotado anos antes, o *slogan* da *Folha*, utilizado até hoje, ilustra essa ideia: tratava-se, justamente, de consolidar o veículo como “um jornal a serviço do Brasil”, ou seja, construir e afirmar uma identidade da própria publicação.

De modo correlato, a posição expressa pela *Folha* sobre a censura está relacionada à demarcação do lugar institucional do jornalismo, afirmando-se como “cão de guarda” do governo e como esfera de resistência às arbitrariedades do poder. Reitera-se, dessa maneira, a posição da imprensa enquanto instância historicamente nascida como voltada à mediação do debate público e a informar os cidadãos para a tomada de decisões políticas, princípios calcados no ideário democrático. Remete-se, assim, a discursos circulantes na sociedade que fixam a natureza e os lugares de fala (e de poder, portanto) do próprio jornalismo.

Esses discursos estabelecem “verdades” sobre o mundo e, como diz Foucault, “a própria verdade é poder” (Foucault, 2001: 14). O que está em jogo é sempre a afirmação de interesses específicos – inclusive os da própria imprensa. Em nosso caso, os discursos sobre a censura e a liberdade de expressão terminam por firmar o lugar e a identidade dos jornalistas, enquanto esfera de resistência:

Jornais e revistas estampam, com grande orgulho, o fato de serem censuradas, uma etiqueta tanto proibida durante a opressão militar quanto indesejada, visto que a censura ainda era considerada pelo público como

um necessário controle ao moralmente indesejado e ao politicamente subversivo (Paganotti, 2012: 8).

A citação remete a modificações no modo de entender a censura transcorridas na redemocratização do país após anos de ditadura militar. De fato, de maneira mais ampla, a posição assumida pela *Folha de S. Paulo* nas matérias sobre censura insere-se em um quadro de rearticulação dos saberes e dos discursos presentes em nossa cultura a respeito da censura, que passa a ser concebida, na democracia, como prática ilegítima e passível de questionamento na esfera pública.

Assistimos a uma transformação no modo de tratar a temática da censura, que sai dos “bastidores” (pois, na ditadura militar, o debate político era controlado e os jornais precisavam usar artifícios para denunciar a censura, como os célebres poemas de Camões) e torna-se, na sociedade democrática, objeto de discussão na esfera pública.

Trata-se, pois, de sujeitar a censura “à mesma inspeção crítica que ela impõe sobre nossa liberdade”, a fim de que possamos “finalmente considerar que nossa expressão está legitimamente protegida, e não somente guardada” (Paganotti, 2012: 22).

A exemplo da *Folha de S. Paulo*, a imprensa hoje fala – e fala muito – sobre a censura. Não se pode mais, atualmente, encarar a censura como prática “naturalizada”, atribuição inofensiva de um Estado disciplinador, tal qual ocorreu durante muitos anos de nossa história, sobretudo antes do golpe militar, em períodos democráticos em que a censura foi largamente exercida de forma burocratizada⁷. Ora, se a censura não é mais vista como “natural”, os jornais não se podem mais calar diante dela.

Queremos ressaltar, por tudo isso, que estamos diante de uma mudança em termos de práticas discursivas sustentada por uma rearticulação dos saberes sobre a censura, a liberdade de expressão, a democracia e, por extensão, o próprio papel do jornalismo nesse debate. Vivemos, assim, desde a abertura democrática, a instauração de uma “ruptura”, “quebra” ou “descontinuidade”; algo próximo – ainda que em dimensões mais modestas, em um plano “micro” – das “rachaduras” epistemológicas que Foucault propõe perseguir na fase arqueológica de sua obra.

É que a arqueologia, de modo amplo, recusa o *continuum* cultural, enquanto postulado racional, preocupando-se em descobrir e descrever “as ‘estruturas históricas’ e sobretudo em utilizar essa descrição para pôr em relevo a condição a partir da qual um campo inteiro de conhecimentos e teorias se organizou” (Lourenço, 1966: 7).

Finalmente, devemos notar que essas “novas configurações do saber” sobre a censura – para usar um termo empregado por Gregolin (2006: 86) –, ainda em processo de acomodação, haja vista o caráter recente de nossa democracia, ao emergirem como verdadeiros “acontecimentos”, em toda a sua dispersão, constituem objeto fértil de interesse à proposta foucaultiana de análise arqueológica dos discursos.

⁷ Como atestam os processos de censura prévia ao teatro paulista de 1930 a 1970, pertencentes ao Arquivo Miroel Silveira da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, a censura às artes e às diversões públicas foi exercida em períodos tidos como democráticos (como no governo de Juscelino Kubitschek), contando inclusive com o apoio de setores da sociedade civil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANJ. “Maiores jornais do Brasil”. São Paulo: ANJ (Associação Nacional de Jornais), s/d. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>>. Acesso em 22 dez. 2012.
- ARBEX JÚNIOR, José. **Showrnalismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.
- BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CASTRO, Daniel. “Nova classificação oferece risco de censura, dizem TVs”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 13/02/2007, p. A7.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- FOLHA DE S. PAULO. “Juíza proíbe jornalista de ‘ofender’ deputado”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 22/12/2007, p. A12.
- _____. “Jornais agora podem contestar atos de censura no próprio STF”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 07/11/2009, p. A10.
- _____. **Manual da redação** (13ª edição). São Paulo: Publifolha, 2008.
- _____. **Primeira página** (5ª edição). São Paulo: Publifolha, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos**. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.
- KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- LOURENÇO, Eduardo. Michel Foucault ou o fim do humanismo. In: FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas**. Lisboa: Portugália Editora, 1966, pp. 3-18.
- PAGANOTTI, Ivan. “A Discussão da Visibilidade e a Revisão da Censura na Esfera Pública”. **Anais do II Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo**. São Paulo: FFLCH-USP, 2012. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/SemDisc2012/11-4_Ivan_Paganotti.pdf>. Acesso em 22 dez. 2012.
- PIRES, Elaine Muniz. “Imprensa, ditadura e democracia: a construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha (1978/2004)”. **Projeto História** (n.º 35). São Paulo: PUC-SP, dez/2007, pp. 305-313. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/art_icle/view/2224/1325>. Acesso em 22 dez. 2012.
- SEVCENKO, Nicolau. “O rosto do mundo”. In: **Folha de S. Paulo**. Primeira página (5ª edição). São Paulo: Publifolha, 2000, pp. 9-11.
- TASCHNER, Gisela Black. **Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- VENANCIO, Rafael Duarte Oliveira. **E se Lenin lesse os jornais de hoje? Linha editorial e imprensa como partidos políticos**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo: ECA/USP, 2008.